

## SUCESSÃO À REITORIA

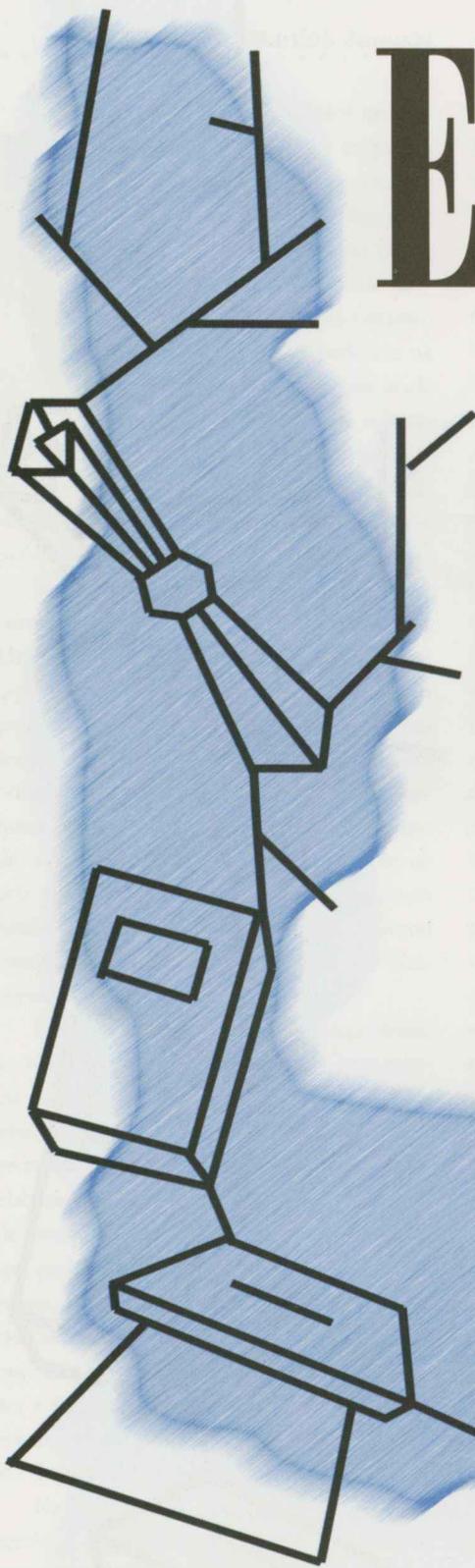
# O QUE PENSAM E PROPÕEM OS CANDIDATOS A REITOR DA UNICAMP

PÁGINAS 3 A 9



# TEMPO DE

# ESCOLHER



O processo de consulta para a escolha de reitor entra em sua reta final dentro de um contexto absolutamente hostil à universidade pública. A política educacional dirigida pelo ministro Paulo Renato, e dos governos estaduais e reitores que o seguem tem buscado destruir, muito rapidamente, um enorme patrimônio da sociedade construído pelo trabalho dos brasileiros ao longo deste século. O governo FHC, atendendo a interesses dos grandes bancos internacionais, tem reduzido paulatina e gradativamente os gastos públicos com o ensino superior e com a ciência e tecnologia. Como mostra dessa determinação, basta verificar o achatamento salarial de servidores docentes e não-docentes e a privatização parcial, mas crescente, das universidades públicas, além do corte drástico no número de bolsas de pesquisa – um total de cerca de R\$ 100 milhões, ou 12,5% dos recursos destinados para este fim.

Outro problema que afeta especificamente as universidades públicas

é a redução na arrecadação do ICMS causada pela chamada Lei Kandir. Unicamp, USP e Unesp têm direito a 9,57% da arrecadação do ICMS no Estado de São Paulo. Com a queda na arrecadação e a manutenção do mesmo índice de participação, os recursos para as universidades reduzem-se a olhos vistos. O movimento da atual administração para reverter esta situação foi muito tímido, mesmo tendo consciência de que teria seu orçamento reduzido.

É justamente por entender que precisamos reagir com energia a essa política nefasta para a universidade pública que uma série de debates tem sido promovidos pela Adunicamp, juntamente com o STU, APG e DCE, com o objetivo de esclarecer a comunidade universitária sobre quais as reais intenções e comprometimentos políticos de cada candidato à reitor. Além disso, a Adunicamp cedeu parte de suas instalações e estrutura, dentro de parâmetros estabelecidos pela diretoria e pelo seu Conselho de Representantes, para que os candidatos interessados pudessem fazer uso em suas campanhas eleitorais. Um espaço específico foi providenciado na home page da Adunicamp para o processo de sucessão. Nele, informações sobre a consulta à comunidade,

cronograma de debates e acesso direto às home pages de cada candidato estão disponíveis. Faixas, cartazes e boletins sobre a sucessão também têm sido produzidos. Agora, é o Jornal Adunicamp que dedica grande parte de sua edição para discutir os rumos que os cinco candidatos querem dar à Unicamp, caso sejam eleitos. Cada reitorável – Archimedes Perez Filho, Carlos Henrique Brito Cruz, e José Tadeu Jorge, todos ligados à atual administração, Hermano Tavares, de oposição, e Vítor Baranauskas – respondeu a quatro perguntas formuladas pelo STU, APG, DCE e Adunicamp. Destinamos uma página para que cada candidato pudesse manifestar suas opiniões a respeito destes assuntos. Cabe ao leitor identificar quais projetos estão dispostos a enfrentar essa política de destruição da universidade pública e aqueles que representam o continuísmo.

Também publicamos as posições históricas defendidas por esta associação ao longo dos anos em relação ao processo eleitoral dentro da nossa universidade. Posições como a que acha necessário que o processo eleitoral se encerre na consulta à comunidade universitária, empossando-se o candidato mais votado. Isto se faz necessário uma vez que a Unicamp já viveu momentos de total desrespeito à vontade da comunidade. Na eleição de José Aristodemio Pinotti, por exemplo, seu nome ficou em 13º lugar na votação. Em primeiro lugar ficou Paulo Freire. Mas o Consu o retirou da lista, colocou Pinotti em primeiro, e o governador Paulo Maluf o nomeou. De lá para cá, porém, o processo de consulta à comunidade para a escolha de reitor tem sido aperfeiçoado e o mais votado pela comunidade sempre tem sido empossado como reitor. Uma das provas deste aperfeiçoamento é a garantia da não identificação da origem dos votos pois o resultado da votação não será apurado por Unidade. Os votos das urnas da FCM, FOP e Limeira serão misturados aos votos das urnas do Campus.

Todo este trabalho tem como objetivo

**“...o resultado da votação não será apurado por Unidade. Os votos das urnas da FCM, FOP e Limeira serão misturados aos votos das urnas do Campus.”**

cooperar para que a comunidade universitária tenha o maior número possível de elementos para decidir qual projeto quer para

a Unicamp e assim possa escolher seu candidato de maneira autônoma e crítica. Ainda nesta edição, publicamos três artigos sobre outros assuntos que refletem preocupações de colegas docentes.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS — A D U N I C A M P

Cidade Universitária “Zeferino Vaz” – Caixa Postal 6158 – Campinas /SP – CEP 13081-970 – Fone/fax (019) 289-1148/289-5229 – Home page: <http://www.adunicamp.org.br>

DIRETORIA: Lino Castellani Filho, presidente; Nelson Rodrigues dos Santos, 1º vice-presidente; Osmar de O. Marchese, 2º vice-presidente; Wilmar da Rocha D’Angelis, 1º secretário; Maria Elisabete S. Turchini, 2º Secretária; Alba Regina Monteiro S. Brito, 1º tesoureiro; José Luiz A. de O. Sousa, 2º tesoureiro; Regina Maria de Souza, diretor administrativo; Carlos R. de Souza, diretor de imprensa; José Roberto Zan, diretor cultural. — JORNAL ADUNICAMP – Março/1998 – Diretor de imprensa: Carlos R. de Souza; Editor: Mário Martins Rios (Mtb. 17.287); Secretária de redação: Roseli Coutinho dos Santos; Ilustrações: João Mauro Assis; Projeto gráfico: Ricardo Orlando - Lettera Comunicação; Editoração eletrônica: Evidência.br; Distribuição: Douglas Bedulli e Roberto Munhoz. Tiragem: 4.000 exemplares. Distribuição gratuita. — O JORNAL ADUNICAMP é uma publicação da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas destinado aos associados. Os artigos assinados não refletem necessariamente o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores.

# OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS DE CADA CANDIDATO

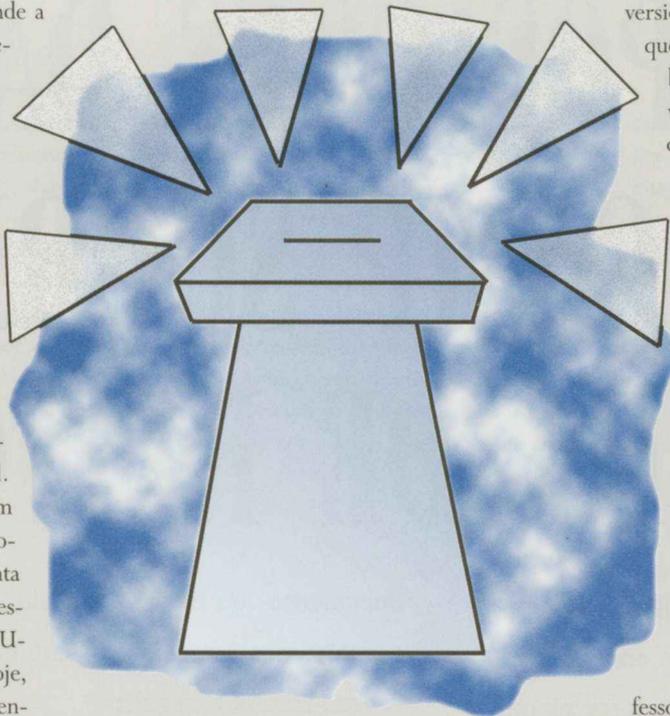
Com a reputação de ser uma das melhores universidades do país e com um orçamento anual de cerca de R\$ 410 milhões, a Unicamp está prestes a definir - entre cinco candidaturas - aquela que a administrará pelos próximos quatro anos. O primeiro turno da consulta à comunidade será nos dias 24 e 25 de março. Os dois primeiros colocados passarão para o segundo turno, que ocorrerá nos dias 07 e 08 de abril. Três candidatos ligados à atual administração - os pró-reitores Archimedes Perez Filho, Carlos Henrique de Brito Cruz e José Tadeu Jorge, que não se licenciaram do cargo -, um de oposição, Hermano Tavares, e Vítor Baranauskas, estão concorrendo. Eles têm em comum o desafio de dirigir uma Universidade que concentra 15% da pesquisa científica produzida no país, além de 10% da pós-graduação - segundo dados de 1996, foram defendidas 368 teses de doutorado e 773 dissertações de mestrado na Unicamp. Ainda conforme dados de 1996, são mais de 10 mil alunos de graduação; 9,9 mil alunos de pós-graduação e 7,5 mil matriculados em cursos de extensão. O Hospital de Clínicas realizou 438 mil consultas e 16,3 mil cirurgias em 1996. Esses números revelam um pouco do imenso trabalho que espera o próximo reitor. Cabe à comunidade universitária escolher não apenas o candidato, mas qual projeto quer para a Universidade.

Archimedes Perez Filho, atual pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, quer que o ensino seja o objeto prioritário da Universidade e pretende aprofundar os esforços em torno da qualidade do ensino. Para ele, é fundamental dotar a Unicamp com a estrutura necessária para responder às expectativas da sociedade, enquanto geradora de pesquisa de excelência. Archimedes também quer fazer da Unicamp uma referência obrigatória nas artes e na cultura.

O candidato Carlos Henrique de Brito Cruz, pró-reitor de Pesquisa, propõe como ponto fundamental a ênfase na utilização de critérios de natureza acadêmica nas decisões da vida universitária, levando em conta a pluralidade que caracteriza a universidade como instituição. Valores acadêmicos, segundo ele, significam respeito à diversidade, primazia dos objetivos mais elevados da instituição sobre a burocracia e alinhamentos ideológicos, denotando-se situar-se dentre aqueles setores que entendem possível uma ciência - e cientistas - isenta dos valores que, em última instância, definem a forma como nós nos inserimos na sociedade. Brito, mesmo reconhecendo a desvalorização dos salários dos docentes, propõe um mecanismo muito parecido com o recentíssimo e polêmico Programa de Incentivo à Docência proposto pelo ministro Paulo Renato, já motivo de boletim dessa entidade, de 13/03/98. Em seu pro-

grama de gestão, o candidato defende a criação de um Fundo de Reconhecimento Acadêmico, destinado a pagar uma bolsa em função de critérios a serem estabelecidos. Essa bolsa não seria incorporada aos salários, e por isso, na sua opinião, não haveria quebra de isonomia salarial.

Para José Tadeu Jorge, pró-reitor de Desenvolvimento Universitário, é necessário preservar, atualizar e consolidar no tempo a posição que a Unicamp tem no cenário brasileiro e internacional. Para isso, o candidato propõe um plano de ação que esteja em consonância com o presente, leve em conta a história pessoal de cada um e o esforço coletivo realizado para que a Unicamp viesse a se tornar o que é hoje, uma universidade que tem uma densidade de professores-doutores sem paralelo na América Latina. A candidatura de Tadeu tem sido marcada por denúncias de práticas irregulares no processo eleitoral. Em uma delas, a diretora do Departamento de Enfermagem do Hospital de Clínicas, Márcia Furcolin, distribuiu um bilhete aos diretores do HC, em que pede que eles coloquem um T na frente de cada funcionário orçamentário que estaria votando no candidato Tadeu. Ela ainda sugere que os diretores conversem com os funcionários de seu setor para que votem em Tadeu. Em outra denúncia relatada, funcionários que controlam as entradas do Hospital de Clínicas estariam distribuindo material de campanha da sua candidatura. Estes fatos foram tratados em boletins da Adunicamp e do STU. A Adunicamp também solicitou providências através de ofícios encaminhados ao reitor José Martins Filho e



versidade pública. A sua candidatura propõe que este enfrentamento deverá se dar com base na qualidade e na expansão dos serviços prestados à sociedade, não aceitando o projeto de reduzir as atividades da Unicamp em nome de uma economia que não considera a sua importância no desenvolvimento do país. O caráter de oposição da candidatura de Hermano constitui-se em lutas históricas de parte significativa de docentes, estudantes e funcionários. Com base nesta perspectiva, o candidato busca romper o continuísmo que orientaram as sucessivas administrações da Unicamp e desenhar um novo projeto que aprofunde o caráter público desta Universidade: a utilidade social do trabalho executado no ensino, na pesquisa e na extensão.

Já Vítor Baranauskas, também professor da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação, defende consulta à comunidade para todos os cargos estratégicos da Universidade, como as pró-reitorias, prefeitura do Campus, presidência da Funcamp, entre outros. Ele quer criar ainda as pró-reitorias de Saúde e de Salários, e o Fórum do Conhecimento, que seria um ambiente real e também virtual para a troca de idéias e informações interdisciplinares. Baranauskas propõe a canalização de todo o esgoto da Universidade até estações de tratamento dentro ou fora do campus. A candidatura de Baranauskas, entretanto, parece não representar nenhum segmento organizado da Universidade, se desenvolvendo de maneira isolada e periférica.

Dos cinco candidatos, dois tiveram em suas trajetórias acadêmicas, passagens pela Adunicamp. Brito Cruz foi vice-presidente da associação de 83 a 85. Hermano Tavares foi presidente na gestão 85/87.

à Comissão Organizadora da Consulta à Comunidade. O presidente da Comissão, Rubens Maciel Filho, encaminhou outro ofício ao superintendente do HC, Paulo Eduardo da Silva, pedindo providências urgentes quanto à conduta adotada pela funcionária Márcia Furcolin e pelos funcionários que controlam o acesso ao Hospital. Até o fechamento desta edição (17/03), estas providências, se tomadas, não foram tornadas públicas pelo superintendente do HC. Tampouco conhecemos as medidas administrativas tomadas pela Reitoria.

Hermano Tavares, professor da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação, e que tem Fernando Galembeck como candidato a vice-reitor, afirma que a próxima reitoria deverá ser suficientemente corajosa para enfrentar o movimento contrário à uni-

## DEBATE NO INSTITUTO DE ARTES

O primeiro debate de 98 entre os cinco candidatos à reitoria, realizado no auditório do Instituto de Artes, no dia 10 de março, foi marcado pela presença maciça do público e por um interesse que há muito tempo não se via na comunidade universitária. O debate, por ser o primeiro de uma série, teve uma dinâmica diferente dos demais, onde as entidades representativas dos diversos segmentos da comunidade universitária – DCE, STU, APG e Adunicamp – formularam as questões para serem respondidas pelos candidatos. Nos outros debates, os reitoráveis responderam a perguntas formuladas diretamente pelo público.

Na primeira fase do debate, cada

candidato apresentou as principais propostas de seu programa de gestão. A partir daí, dois candidatos respondiam a uma mesma pergunta, cuja ordem foi definida por sorteio. Foram formuladas cinco questões e cada candidato pode responder a duas delas.

Perguntados ao final sobre qual posicionamento adotariam caso houvesse alguma alteração pelo Conselho Universitário (Consu) ou pelo governador Mário Covas na ordem dos mais votados pela comunidade universitária, três deles – Archimedes, Baranauskas e Hermano – se comprometeram publicamente a só aceitarem a nomeação para o cargo de reitor se forem os primeiros colocados

SIDNEI DE ALMEIDA



A comunidade universitária lotou o auditório do IA: atenção ao processo sucessório

na consulta. Brito afirmou que o governador do Estado tem legitimidade para escolher um dos três indicados pela lista tríplice formulada pelo Consu, sem levar em conta a votação que obtiveram. Já Tadeu disse

que aceita ser o próximo reitor desde que a decisão se dê no âmbito da Universidade, dando a entender, entretanto, perceber no Consu legitimidade para modificar o resultado da consulta à comunidade.

# AS POSIÇÕES DA ADUNICAMP SOBRE A ESCOLHA DE REITOR

**N**o início de 1986, a Adunicamp realizou uma enquete entre seus associados para estabelecer alguns princípios que deveriam nortear o processo de consulta à comunidade para a escolha de reitor. Os resultados obtidos na enquete foram aprovados em assembléia geral e continuam válidos até hoje, pois não foram revogados ou substituídos posteriormente. As diretorias que vieram depois sempre levaram em conta estes princípios, mas eles nunca mais foram objeto de enquete. Esta diretoria está trazendo à tona estas informações devido a um compromisso assumido em recente assembléia geral, realizada em janeiro deste ano. Consultando os

documentos da nossa entidade, entretanto, conseguimos levantar os itens que reproduzimos a seguir:

- ◆ Votação em dois turnos - só os dois primeiros colocados devem disputar o 2º turno;
- ◆ Voto com a seguinte regra de proporção - 3/5 para docentes, 1/5 para estudantes, 1/5 para funcionários;
- ◆ Titulação mínima de doutor para que o docente possa ser candidato a reitor, mas sem a obrigatoriedade de que ele seja MS-6;
- ◆ O resultado da consulta deve ser referendado pelo Consu, sem possibilidade de ser alterado. O processo deve se encerrar dentro da Universidade.

### CONFIRA A SEGUIR AS QUESTÕES FORMULADAS PELA ADUNICAMP, STU, DCE E APG NO DEBATE REALIZADO NO IA:

**ADUNICAMP** - O Governo Federal pretende que a Reforma Administrativa, ora em fase de conclusão no Congresso Nacional, seja aplicada a toda Administração Pública. Considerando o teor dessa Reforma, como o Sr. enfrentará essa questão dentro da perspectiva de Autonomia Universitária?

**APG** - As agências Capes E CNPq enfrentam cortes orçamentários que atingem em cheio a pós-graduação brasileira e em particular da Unicamp. Ao mesmo tempo o governo cria uma bolsa de incentivo à docência na graduação, para as IFES.

1. Como o sr. pretende enfrentar o problema do corte de bolsas que atinge aproximadamente 280 mestrandos e 80 doutorados na Unicamp?

2. Qual a sua opinião sobre a bolsa de incentivo à docência na graduação implantada pelo Governo Federal, através de medida provisória, nas universidades federais?

**DCE** - Considerando o contexto da universidade que privilegia a pesquisa, e ainda as demandas externas pelo aumento de vagas, que medidas efetivas o sr. pretende tomar para concretamente melhorar o ensino de graduação, levando em conta, além do interesse na atividade docente, a precária infra-estrutura para o período noturno, em termos de funcionamento de laboratórios, bibliotecas, prédios, etc?

**STU** - A Unicamp tem adotado uma política de terceirização das atividades realizadas por seus trabalhadores, através da contratação de empresas ou da contratação de trabalhadores pela Funcamp. Qual a sua posição sobre esta questão e qual a sua proposta?

**ADUNICAMP, APG, DCE E STU** - Considerando que os servidores docentes e não docentes da Unicamp, contratados no regime Estatutário, não contribuem para sua aposentadoria, como pretende tratar esta questão na medida em que os recursos orçamentários da Universidade são utilizados para o pagamento dos proventos dos aposentados?

# HERMANO TAVARES

**D**CE - A Unicamp tem que se justificar perante a sociedade quanto aos recursos que consome, principalmente frente aos maciços ataques que a imprensa vem fazendo à universidade pública. Na sua visão, e em seu programa, qual é a principal frente de atuação da universidade para que esta apareça como justificada diante da sociedade?

**Hermano** - Antes de mais nada, é necessário reafirmar que os ataques hoje proferidos pela imprensa às universidades públicas é simplista na sua análise e responde a interesses conhecidos por todos nós, contrapondo de forma equivocada a questão do financiamento do ensino público universitário x ensino público de 1º e 2º graus. No entanto, é preciso reconhecer que as universidades, diante destes ataques, precisam reagir de modo não corporativista revendo projetos e suas formas de relações com a sociedade.

Assim, nosso programa apresenta de forma clara e direta as frentes de atuação através das quais a Universidade deve justificar perante a sociedade os recursos públicos que recebe.

Na frente externa trata-se de revigorar nossa presença no debate das questões de interesse da nação. A Unicamp apresenta condições excepcionais para tornar-se um importante núcleo de reflexão sobre os destinos do País, exercendo em profundidade sua função crítica e de elaboração de propostas alternativas. Neste sentido é necessário revitalizar a participação política da Universidade, tornando-a um fórum permanente de reflexão crítica, debate e divulgação de idéias, conhecimentos e tecnologias, constituindo-se em centro de referência sobre as questões nacionais.

Na frente interna, a implantação de uma gestão participativa, envolvendo todos os segmentos da comunidade, permitirá a criação das condições necessárias para:

- ◆ expandir nossa presença na formação universitária, defendendo uma maior participação das universidades públicas na oferta de vagas para a demanda de ensino superior, que vem sendo atendida cada vez mais por universidades e faculdades privadas;
  - ◆ redefinir os processos de avaliação, dando ênfase às atividades-fim da Universidade: o ensino, a geração de conhecimentos e a extensão, respeitadas as especificidades de cada área;
  - ◆ valorizar, sob todos os aspectos, a atividade docente;
  - ◆ estimular o desenvolvimento de projetos de pesquisa socialmente relevantes, assegurados os indicadores de qualidade;
  - ◆ ampliar nossa área de abrangência com projetos de educação continuada, inclusive à distância, beneficiando tanto ex-alunos com cursos de atualização, quanto a sociedade brasileira que demanda informação, conhecimentos e tecnologia;
  - ◆ implantar um Projeto Cultural com a participação de alunos, professores e funcionários, que ofereça cultura, lazer, esporte e divulgação científica não só para a comunidade universitária, mas também para os municípios da região e outras instituições interessadas do Estado e do País.
- ADUNICAMP** - De que forma o sr. se eleito, pensa combater a "fuga de cérebros" (expressão utilizada pela Revista Veja) motivada pela defasagem salarial e a reforma da previdência do go-

## "A UNIVERSIDADE QUE QUEREMOS"

Há 27 anos na Unicamp, **Hermano Tavares** atualmente é professor titular da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação. Engenheiro eletrônico formado pelo ITA em 1964, fez mestrado (1966) e doutorado (1968) na Universidade de Toulouse, França. Trabalha em Pesquisa Operacional com foco sobre problemas combinatorios e aplicações em Planejamento de Sistemas de Telecomunicações e Coordenação Energética. Em 30 anos lecionou mais de 120 disciplinas, participou de 95 bancas de concursos, orientou 15 teses de doutorado, 27 de mestrado e nove trabalhos de iniciação científica. Publicou 125 trabalhos científicos em periódicos e anais de congressos nacionais e

internacionais. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Automática de 87 a 89. Foi coordenador do Comitê Técnico de Engenharia Elétrica da CAPES de 93 a 95, coordenador do CA de Engenharia Elétrica do CNPq de 88 a 90 e membro do CA do acordo CNPq-CEFI (França) de 80 a 85. Participou de órgãos colegiados (Representante docente nos Conselhos Departamental, Congregação e Conselho Universitário) e comissões. Foi chefe de departamento, coordenador de pós-graduação, presidente da Associação de Docentes da Unicamp (85/87) e diretor da Faculdade de Engenharia Elétrica. Leia suas respostas às questões formuladas pelo DCE, Adunicamp, STU e APG.

SIDNEI DE ALMEIDA



**Hermano:**  
"Ensino de qualidade requer recuperação salarial"

verno FHC que atinge os docentes da Unicamp?

**Hermano** - A evasão dos docentes é causada, como antecipa a pergunta, tanto pelo baixo nível dos salários quanto pelo temor trazido pelas reformas previdenciárias. Em relação a este último item, o docente deseja a garantia dos contratos em vigor, o que envolve igualdade entre os vencimentos dos servidores ativos e inativos na mesma qualificação. É bom lembrar que a emenda em tramitação no Congresso autoriza, mas não obriga, o empregador a propor uma redução nos vencimentos de até 30%, na passagem à inatividade. Eu entendo que o fundo a ser constituído pelo governo do Estado ou pela Unicamp deve garantir a integralidade dos vencimentos. Além disso, em função da intranquilidade produzida pelas mudanças no regime previdenciário e da decorrente corrida às aposentadorias, acredito que a Unicamp deve analisar com urgência a possibilidade de instituir uma gratificação suplementar aos professores que, tendo direito à aposentadoria, optarem por permanecer na atividade.

A manutenção de um ensino público de qualidade requer também a recuperação salarial. Embora as universidades paulistas tenham obtido um acréscimo significativo das transferências de ICMS após o Plano Real, o valor real dos salários mal tem sido mantido. Se os docentes em final

de carreira ainda conseguem equilibrar os orçamentos domésticos, por meio das promoções e dos adicionais por tempo de serviço, a situação dos recém-contratados chega a ser desanimadora. É óbvio que a universidade que oferece tão pouco aos jovens doutores perde a capacidade de atrair os melhores talentos. Em resumo, a recuperação salarial, o oferecimento de uma real perspectiva de carreira e a garantia das aposentadorias são pontos centrais na manutenção de uma universidade dinâmica e em renovação. Uma administração universitária eficiente e orientada por perspectivas de longo prazo - o que não temos tido até agora - pode contribuir para realizar essas metas.

**STU** - Várias Universidades já adotam eleições diretas e paritárias para escolha de reitor. Estas experiências significam um avanço importante na democracia da Universidade. O sr. defende o processo de escolha de reitor por meio de

eleições livres, diretas e paritárias? Por quê?

**Hermano** - É fundamental a democratização dos modos de gestão, sob pena de escamotear-se nos

processos de escolha a democracia, tornando este processo um mero gesto formal. À medida que este caminho for trilhado, mais se deve aprofundar a participação, controle e escolha democráticas de dirigentes. De forma mais explícita, a democratização formal do processo de escolha

do reitor por si só não garante a efetiva democratização das relações de poder no interior da universidade. Nossa perspectiva aponta na direção da construção de uma gestão democrática na Unicamp fundada no convívio respeitoso entre a Administração e as entidades existentes no campus e que, ao invés de procurar silenciar as diferenças e as contradições internas, as reconheçam como forças dinamizadoras do cotidiano da vida acadêmica. Acreditamos que dessa forma estaremos contribuindo para a formação de uma mentalidade democrática na universidade que poderá se desdobrar em processos efetivos de democratização dos sistemas de escolha (ou de eleições) não apenas para reitor mas para outros cargos administrativos no interior da universidade. Quanto à questão da paridade, consideramos que se trata de um tema relevante e que merece uma ampla discussão no seio da comunidade universitária (alunos, funcionários e docentes), à qual não nos furtaremos. Com relação à atual legislação que garante ao Governador do Estado o direito de indicar o reitor a partir de uma lista tripartite achamos que, inclusive para garantir um bom relacionamento com a comunidade acadêmica, é recomendável que o chefe do executivo estadual escolha sempre o mais votado, já que até agora esta foi a fórmula encontrada na construção da democracia, a ser aprofundada na história da qual temos que participar.

**APG** - Face às novas tecnologias de informação, cada vez mais se difunde o conceito de pós-graduação à distância. Como a Unicamp pretende lidar com esta nova realidade sem prejuízo da qualidade e do reconhecimento da excelência dos seus cursos de pós-graduação?

**Hermano** - Na Unicamp já há pessoas que se têm interessado por ensino à distância. Também há docentes que começaram a colocar na rede material de seus cursos, de graduação e de pós-graduação. O primeiro passo que devemos dar é uma avaliação das experiências de nossos docentes, e de experiências do Exterior, como a da Open University. Devemos adquirir uma visão abrangente, atualizada e crítica do ensino à distância, para podermos praticá-lo intensamente como ferramenta de disseminação e de democratização do conhecimento, ao mesmo tempo em que lutamos para impedir a sua simples exploração comercial ou a sua prática como simples modismo.

Experiências bem sucedidas mostram que o ensino à distância pode ser muito útil na transmissão de informações e na disseminação do conhecimento.

Também permite atividades de discussão em grupo, de busca e aquisição de informações e o exercício dos conteúdos.

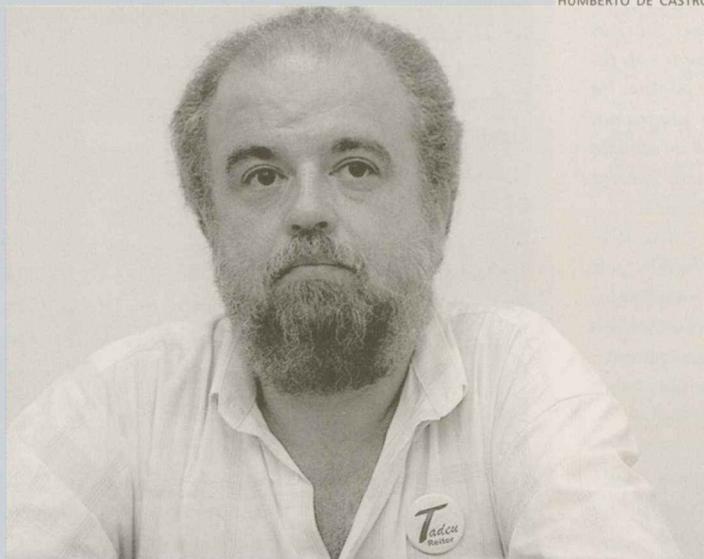
Entretanto, o ensino de atitudes e de comportamentos exige atividades presenciais. Por esta razão, podemos enxergar o ensino à distância como uma maneira de multiplicar o número de estudantes, pós-graduandos ou não, que, posteriormente, em algum momento da sua vida, viverão na Unicamp, conhecerão elevados padrões de qualidade acadêmica e contribuirão para o aumento do reconhecimento desfrutado pelos nossos cursos. Dessa maneira, estaremos construindo um novo tipo de elite intelectual, nesse país. Deixaremos de ser um pequeno grupo de privilegiados, em um mar de carências, para sermos um vasto grupo de perseguidores da excelência.

**"Nossa perspectiva aponta na direção da construção de uma gestão democrática..."**

# JOSÉ TADEU JORGE

## "NOVOS CENÁRIOS, NOVAS SOLUÇÕES"

Professor titular da Faculdade de Engenharia Agrícola desde 1996, José Tadeu Jorge é atualmente pró-reitor de Desenvolvimento Universitário. Engenheiro de alimentos formado pela Unicamp em 1975, fez mestrado (1977) em Tecnologia de Alimentos e doutorado (1981) em Ciência de Alimentos também na Unicamp. Em 1992 titulouse professor livre-docente e professor adjunto em 1995. Foi chefe de departamento, diretor associado e diretor da Feagri, diretor da Funcamp, chefe de gabinete da Reitoria. Foi presidente da Associação Brasileira de Engenharia de Alimentos e conselheiro do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. Recebeu o prêmio Jabuti pelo livro *Introdução à Engenharia Agrícola*, em 1993, como co-autor. Orientou sete projetos de iniciação científica, II dissertações de mestrado e duas teses de doutorado – além de seis outras em andamento – nos quatro anos de existência do doutoramento na Feagri. A seguir, as respostas do candidato às perguntas da Adunicamp, STU, APG e DCE.



Tadeu: novas frentes de intersecção social

**A** DUNICAMP - De que forma o sr., se eleito, pensa combater a "fuga de cérebros" (expressão usada pela revista *Veja*) motivada pela defasagem salarial e a reforma da previdência do governo FHC que atinge os docentes da Unicamp?

Tadeu - Vejo a questão sob dois aspectos. Primeiro, a perda prematura de professores experientes que, ao menos num primeiro momento da reforma, aposentaram-se motivados pelo receio de ter seus direitos suprimidos. Depois, a perda futura decorrente da falta de atração que a vida acadêmica nas universidades públicas poderá vir a significar para o docente em início de carreira. No primeiro caso, o mal já está feito, e só podemos remediá-lo buscando nomes que possam recompor as lacunas deixadas. No segundo, entendo que há uma imensa tarefa a ser feita, começando pela revalorização progressiva da carreira docente e a preservação da qualidade própria da universidade pública (condições de ensino e pesquisa, padrão de intercâmbio científico, existência de uma vida acadêmica efetiva), coisa que outras instituições só remotamente podem oferecer. Paralelamente, cabe fazer valer o prestígio das grandes instituições, a Unicamp entre elas, para que não se faça tábula rasa de um patrimônio tão duramente conquistado e se instaure uma política mais positiva que permita a recomposição da universidade pública e, entre outros fatores, de seus patamares salariais históricos.

STU - Várias universidades já adotam eleições diretas e paritárias para a escolha de reitor. Essas experiências significam um avanço importante na democracia da universidade. O sr. defende o processo de escolha do reitor por meio de eleições

livres, diretas e paritárias? Por quê?

Tadeu - Quanto a serem eleições livres, creio que o processo de consulta adotado pela Unicamp já o é na medida em que se consolida a tradição de acatar-se, no âmbito do Conselho Universitário, os nomes indicados pela comunidade; e também na medida em que as regras que pautam a consulta foram definidas num fórum de deliberação - o próprio Consu - com representações democráticas de docentes, alunos e funcionários. De minha parte não acredito nem desejo que seja diferente. Manifesta a vontade da comunidade, ela deve ser respeitada.

Como se sabe, assiste legalmente ao governador a prerrogativa de escolher entre os três nomes que lhe serão enviados pelo Conselho. É um direito que a lei lhe faculta, como dirigente máximo do Estado. Dada a tradição já firmada de se escolher o primeiro também nessa etapa — e a história das últimas eleições nas universidades estaduais paulistas prova isso — nada nos autoriza a supor que agora será diferente. Por convicção ou por razões de boa convivência política, desde a autonomia os governadores têm sustentado o compromisso de respeitar a vontade política das comunidades universitárias. Resulta que, se assim é, as eleições internas terminam por ser também diretas. Penso mesmo que, com a fixação desse princípio, a lei poderá vir a ser revista nesse aspecto.

Quanto a estes dois pontos não há discordância, suponho, entre professores, alunos e funcionários, mas sabe-se que o mesmo não se dá em relação ao paritarismo. Não há como escamotear o fato de que os professores, por conduzirem as atividades-fim da Universidade, carregam sobre seus ombros as responsabilidades acadêmicas e administrativas mais pesadas. Eles

são permanentemente cobrados por isso. Estudantes e funcionários, em sua maioria, sabem reconhecer tal coisa. O que explica por que o paritarismo, na maioria das universidades, deixou de ser um assunto candente.

APG - Face às novas tecnologias de informação, cada vez mais se difunde o conceito de pós-graduação à distância. Como a Unicamp pretende lidar com essa nova realidade sem prejuízo da qualidade e do reconhecimento da excelência de seus cursos de pós-graduação?

Tadeu - O tema do ensino não presencial será da maior importância para a Unicamp nos próximos anos, razão por que vem contemplado tão amplamente em meu programa. De um modo geral, é preciso inserir concretamente a Universidade no contexto das novas tecnologias de ensino à distância, teleconferências e outras mídias culturais emergentes. Estão aí incluídos cursos para professores de primeiro e segundo graus, cursos profissionalizantes ou de atualização para categorias profissionais diversas, cursos de interesse social ou de formação cultural ampla e, seguramente, os cursos inseridos no contexto do Programa Nacional de Ensino à Distância, onde a Unicamp não pode faltar. A maior parte desses cursos poderia contar com a participação programática de alunos de pós-graduação. No entanto, a questão requer uma resposta objetiva sobre a implantação formal de cursos não presenciais no nível de pós-graduação, e a resposta é definitiva: essa medida é não só necessária como até obrigatória, para fazer frente às transformações em curso. Antes, porém, é preciso agregar os professores interessados no assunto e prover, o quanto antes, recursos para um projeto que

tenha envergadura e densidade. A esse respeito, já estudamos também a viabilidade de implementar pelo formato WWW algumas atividades didáticas complementares na pós-graduação e na graduação, com o uso de aplicativos específicos e navegação por tópicos. Claro que tudo isso vai exigir uma interação muito maior entre as instituições, possibilitando até, em determinados casos, que o pós-graduando possa preparar sua tese em seu lugar de origem.

HUMBERTO DE CASTRO

DCE - A Unicamp tem que se justificar perante a sociedade quanto aos recursos que consome, principalmente frente aos ataques que a imprensa vem fazendo à universidade pública. Na sua visão, e em seu programa, qual é a principal frente de atuação da universidade para que esta apareça como justificada diante da sociedade?

Tadeu - Poucas instituições no país, e eu nem diria instituições de ensino superior, mas instituições públicas de um modo geral, estão em condições de apresentar, como a Unicamp, uma folha tão consistente de serviços prestados à sociedade. A começar pela

geração do conhecimento novo resultante das centenas de pesquisas em evolução nas unidades - boa parte das quais direcionada para a melhoria da qualidade de vida da população - e da formação progressiva de profissionais que vão atuar diretamente no processo de transformação social. Por vezes se ouve que a Unicamp está encastelada, desconectada da sociedade. Aliás há

**"... cabe fazer valer o prestígio das grandes instituições, a Unicamp entre elas, para que não se faça tábula rasa de um patrimônio tão duramente conquistado ..."**

uma profunda injustiça nesse tipo de assertiva. Basta ver os números da área da Saúde, o papel central e exemplar que a área hospitalar da Unicamp vem desempenhando num cenário de colapso

do sistema público de saúde. Do mesmo modo, a maioria das unidades tem formas já definidas de transferência de seu produto cultural, científico ou tecnológico. Trata-se de fomentar o fortalecimento desses laços e, em alguns casos, de estabelecer políticas de caráter institucional mais abrangente e definido. Por exemplo, penso que a Unicamp carece de um projeto cultural à altura de sua importância enquanto produtora de bens culturais. Nesse sentido, uma de nossas primeiras providências será instituir um conselho de cultura com a função de coordenar, apoiar e eventualmente buscar recursos para o desenvolvimento das ações da política cultural da Unicamp e, ato contínuo, construir o Centro Cultural da Unicamp, com características de centro cultural integrado. Em todos estes aspectos, trataremos de ampliar as linhas de atuação já existentes. Mas penso também que é preciso abrir frentes novas de intersecção social, como o já mencionado programa de ensino à distância e de educação integrada, e uma política mais densa de relações com o setor de produção de bens e serviços. O capítulo das relações sociais é, a propósito, o mais extenso de meu programa. Tomo a liberdade de sugerir a leitura de seus 29 pontos básicos.

**"... a Unicamp carece de um projeto cultural à altura de sua importância enquanto produtora de bens culturais"**

Archimedes Perez Filho, há 15 anos na Unicamp, é professor titular da Faculdade de Engenharia Agrícola e pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários. Fez mestrado e doutorado pela USP. Trabalha com geociências; levantamentos e planejamento do meio ambiente; relações solo-paisagem; sensoriamento remoto aplicado aos recursos naturais e agricultura. Participou de 60 bancas de concurso público e defesas de tese. Atualmente orienta seis doutorandos e um aluno de mestrado. Tem 45 trabalhos publicados e dois capítulos de livro. Foi chefe de departamento, diretor associado, coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Unicamp, presidente da congregação e diretor da Feagri, membro titular do Consu, membro da diretoria da Funcamp. A seguir, ele responde às perguntas formuladas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp - STU, Associação dos Pró-Graduandos - APG, Diretório Central dos Estudantes - DCE, e Adunicamp.

## "COMPROMISSO ACADÊMICO E SOCIAL"

**S**TU - *Várias universidades já adotam eleições diretas e paritárias para escolha do reitor. Estas experiências significam um avanço importante na democracia da universidade. O sr. defende o processo de escolha de reitor por meio de eleições livres, diretas e paritárias? Por quê?*

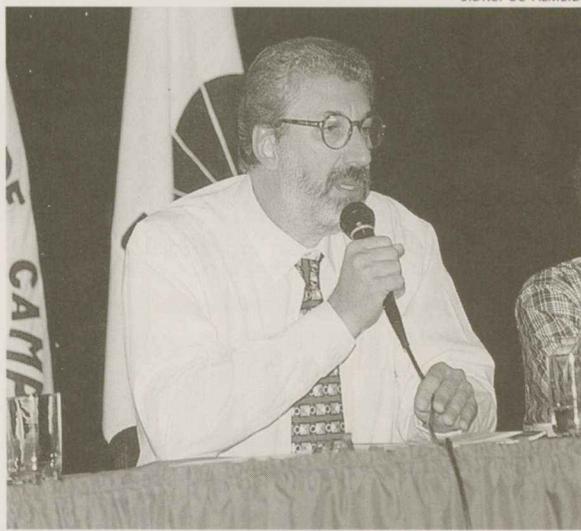
Archimedes - Sem sombra de dúvidas, o processo de escolha do Reitor deve ocorrer através de eleições livres e diretas, sem qualquer tipo de manobra que possa atuar como forma de coação ou constrangimento. Por exemplo: a existência de urnas passíveis de identificação poderia significar uma forma sutil de coação política. Sabidamente, o Consu mudou esta regra. No mesmo sentido, defendo a extinção do atual sistema de lista tríplice ao governador, visto entender que a comunidade universitária tem a maturidade necessária para escolher seus dirigentes.

Quanto a questão da paridade, creio estar politicamente consolidada a posição atual que imprime pesos diferentes aos segmentos da universidade. Em alguns deles, a transitoriedade dos componentes coloca-se como uma condição impeditiva para o estabelecimento da paridade pura e simples. Assumir portanto, o princípio vigente, não significa uma postura anti-democrática, mas sim o reconhecimento das diferentes condições que caracterizam os diversos setores.

APG - *Face às novas tecnologias de informação, cada vez mais se difunde o conceito de pós-graduação à distância. Como a Unicamp pretende lidar com essa nova realidade sem prejuízo da qualidade e do reconhecimento da excelência dos seus cursos de pós-graduação?*

Archimedes - Em que pese o fato de aulas poderem ser ministradas à distância e a Internet permitir um amplo uso de bibliotecas à distância, a convivência de um pós-graduando com a atmosfera de uma instituição de ensino e pesquisa não tem substituto. Portanto, considero imprescindível que, em nível de mestrado, o(a) pós-graduando(a) passe pelo menos um semestre na Universidade, convivendo com outros alunos e docentes, trocando experiências e amadurecendo como profissional. Evidentemente, nas áreas do conhecimento que exigem uma ampla utilização de laboratórios ou de experiências de campo, este tempo de permanência será, obrigatoriamente, maior.

Atualmente se tem discutido muito o real papel do mestrado na formação de um profissional. Respeitadas as peculiaridades de cada área



Perez: "O Estado tem que investir no ensino público"

do conhecimento, o mestrado pode ser uma etapa da formação de um pesquisador ou, principalmente no caso dos Mestrados Profissionalizantes, ser a última fase de especialização de um profissional. As características do público alvo devem ser consideradas na determinação da proporção de atividades coordenadas à distância e aquelas a serem desenvolvidas na Unicamp. Qualquer que seja a fórmula, a Universidade terá que desenvolver mecanismos de acompanhamento que garantam tanto a qualidade do curso como do profissional dele egresso.

No estágio atual de desenvolvimento destes programas à distância acho precoce considerar esta possibilidade para cursos de doutoramento.

Resta no entanto, a pós-graduação *latu-sensu*. Dependendo da área e natureza dos referidos cursos, poder-se-ia implementar uma política de ensino à distância cujo efeito imediato seria a expansão do atendimento. Porém, mesmo neste caso, deve ser equacionado de tal forma que ocorra encontros sistemáticos, garantindo assim a qualidade do processo.

DCE - *A Unicamp tem que se justificar perante a sociedade quanto ao recurso que consome, principalmente frente aos maciços ataques que a imprensa vem fazendo à universidade pública. Na sua visão, e em seu programa, qual é a principal frente de atuação da universidade para que esta apareça como justificada diante da sociedade?*

**"... o processo de escolha do Reitor deve ocorrer através de eleições livres e diretas, sem qualquer tipo de manobra..."**

Archimedes - A primeira idéia a ser resgatada é que a manutenção da universidade pública não pode ser entendida como um simples favor que o Estado presta à sociedade ou melhor dizendo, como um item na peça orçamentária do Estado. Temos que entender definitivamente que a universidade pública, assim como o sistema de

ensino público de um modo geral é um precioso investimento do Estado em prol de toda a sociedade. Isto se concretiza na medida em que a universidade produz conhecimento, gera pesquisa e tecnologia, forma profissionais competentes e presta serviços relevantes de extensão. As universidades públicas paulistas têm cumprido este papel, apesar das inúmeras dificuldades que vêm enfrentando recentemente.

Neste contexto, entendo que uma das grandes lacunas atuais é a carência de canais de comunicação mais efetivos, no sentido de garantir que os diversos setores sociais conheçam e discutam a real produção da universidade. Entendo que tal divulgação constitui-se como uma condição

básica para que a universidade seja compreendida como parte integrante da própria sociedade.

Pretendo portanto ampliar toda a política de contato com a sociedade. Tal alternativa envolve uma maior profissionalização dos serviços de divulgação da Universidade.

ADUNICAMP - *De que forma o sr., se eleito,*

**"...a manutenção da universidade pública não pode ser entendida como um simples favor que o Estado presta à sociedade..."**

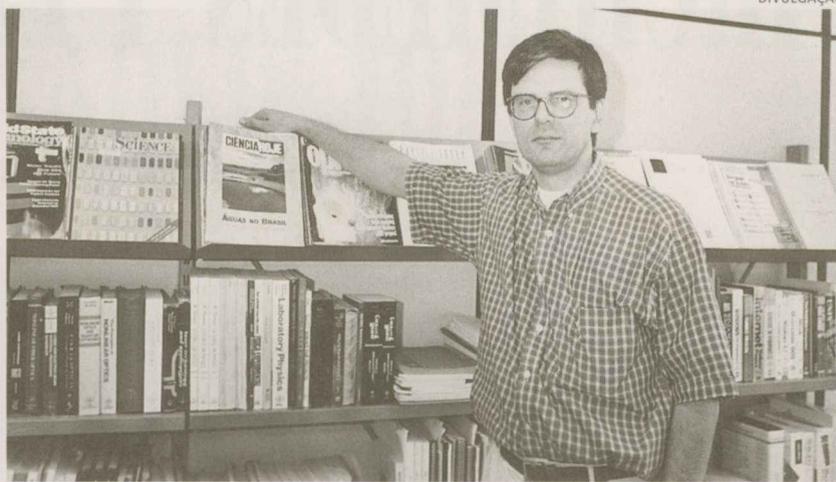
*pensa combater a "fuga de cérebros" (expressão utilizada pela Revista Veja) motivada pela defasagem salarial e a reforma da previdência do gover-*

*no FHC que atinge os docentes da Unicamp?*

Archimedes - Há tempos, tenho defendido internamente a idéia que a atual política de não contratação de aposentados deve ser revista. Recentemente, ao aprofundar a análise da questão, observamos que o problema não apresenta as mesmas dimensões para todas as áreas: há setores com uma enorme carência de doutores formados, enquanto que em outros, isto não ocorre. Neste sentido, ratifico a necessidade de mudança da atual legislação, respeitando porém a especificidade dos vários setores. Dada a complexidade do tema, é fundamental que a próxima Reitoria se comprometa com o encaminhamento imediato desta questão, buscando encontrar alternativas novas e consensuais.

Quanto a questão da defasagem salarial, penso que esta será definitivamente equacionada através do aumento do percentual do ICMS. Nesta perspectiva será necessária uma intensa mobilização das três Universidades Públicas, nas quais as Reitorias deverão assumir papel ativo. Portanto, como reitor, pretendo assumir uma posição de articulação com as demais Universidades, no sentido de sensibilizar os setores políticos e toda a sociedade para a necessidade de revisão do ICMS.

No que tange a aposentadoria, defendemos a criação de um fundo de pensão que atenda às três universidades, desvinculado do controle do Estado.



Brito: "É necessário organizar um fundo de aposentadoria para a Unicamp"

# CARLOS HENRIQUE BRITO CRUZ

## "A UNICAMP EM PRIMEIRO LUGAR"

**Carlos Henrique de Brito Cruz está na Unicamp desde 1982. Formou-se engenheiro eletrônico pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA, em 1978. Concluiu seu mestrado em 1980 e doutorado em 1983. Orientou nove dissertações de mestrado e sete teses de doutorado. Publicou mais de 50 trabalhos em revistas arbitradas e seus trabalhos já foram citados mais de 1.500 vezes na literatura técnica internacional. Foi vice-presidente da Associação de Docentes da Unicamp (1983-85) e membro do Conselho de Representantes. Participou como representante docente da**

**Congregação do Instituto de Física e do Conselho Universitário da Unicamp (1987-91). Foi diretor do Instituto de Física (1991-94) e membro do Comitê Assessor da área de Física e Astronomia do CNPq. Atualmente é pró-reitor de Pesquisa da Unicamp, presidente do Conselho Superior da Fapesp, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Física e membro do International Advisory Committee da Optical Society of America. Membro do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (Concite) desde 1995. Confira suas respostas às perguntas da APG, STU, DCE e Adunicamp.**

vale a concordarmos que o piloto de um avião seja eleito pelos passageiros. A escolha não deve ser baseada num mecanismo paritário porque os compromissos e vinculações das três categorias (docentes, alunos e funcionários) com a universidade são distintos em sua natureza mais fundamental. Todas têm suas contribuições, específicas e fundamentais, mas diversas entre si. Não deve ser direta porque, ao contrário do que acontece numa cidade, onde o prefeito é escolhido para garantir o maior bem estar possível aos cidadãos, na universidade o reitor deve ser aquele capaz de realizar da maneira mais efetiva os objetivos da instituição, que são gerar, transmitir e aplicar conhecimento. Realizar os objetivos ins-

titucionais é o que o contribuinte espera da universidade que é sustentada pelos impostos que ele paga.

Tal como é feita a escolha na Unicamp, há um compromisso adequado entre a participação da comunidade, entre a participação do Conselho Universitário e a participação do governo do Estado, que numa sociedade democrática é quem tem mandato para representar os contribuintes.

**DCE - A Unicamp tem que se justificar perante a sociedade quanto ao recurso que consome, principalmente frente aos maciços ataques que a imprensa vem fazendo à universidade pública. Na sua visão, e em seu programa, qual é a principal frente de atuação da universidade para que esta**

**apareça como justificada diante da sociedade?**

**Brito -** A universidade pública vem sendo fortemente criticada por algumas coisas que ela deve fazer e faz pouco e por outras tantas coisas que ela não deve fazer, mas esperam que ela faça. Uma coisa que ela deve fazer, na verdade seu objetivo principal, é a educação. Justificar o investimento na universidade pública exige que demonstremos que ela está educando cada vez mais pessoas e educando melhor. É essencial para o futuro da universidade pública no Brasil que os dirigentes universitários entendam que a missão da universidade não é ser balcão de serviços ou laboratório de pesquisa de empresas. A pesquisa nas boas universidades é um instrumento para educar bem os estudantes e para avançar o conhecimento em todas as áreas. E é por isso que os critérios de excelência da pesquisa devem ser rigorosos.

Portanto a principal frente de ação da Unicamp deve ser a educação – de graduação, de pós-graduação e de extensão. Numa universidade com o perfil da Unicamp, devemos buscar uma educação que forme as lideranças intelectuais brasileiras, e por isso o ensino, especialmente o de graduação, precisa ser exigente, bem feito e deve abranger cada vez mais estudantes. Por esta razão um ponto central de minha proposta é o aumento de vagas e a discussão de um núcleo curricular que garanta uma educação abrangente a nossos estudantes, tão necessária para a formação de lideranças.

**ADUNICAMP - De que forma o sr., se eleito, pensa combater a "fuga de cérebros" (expressão utilizada pela Revista Veja) motivada pela defasagem salarial e a reforma da previdência do governo FHC que atinge os docentes da Unicamp?**

**Brito -** Quanto à defasagem salarial, é necessário a definição de uma estratégia para a recuperação progressiva, visto que a competição pelos melhores talentos com as universidades privadas, que tendem a se qualificar, deve ficar cada vez mais dura. Estou propondo que a recuperação da renda dos docentes seja iniciada de imediato através do estabelecimento de um Fundo para Reconhecimento Acadêmico, de natureza emergencial, que deverá evoluir futuramente para uma efetiva recuperação salarial. Para pagarmos uma bolsa no valor de mil reais a todos os docentes RDIDP (que hoje são aprox. 1.700) seriam necessários em torno de dezoito milhões de reais por ano. Isto corresponde a 6% da despesa de pessoal orçada para 1998. Com uma estratégia definida para este objetivo, poderemos chegar a este valor em alguns anos.

A maneira pouco responsável com a qual o governo federal vem tratando a questão da previdência já causou profundo prejuízo à Unicamp. Na situação atual é imperativo que organizemos um Fundo de Aposentadoria e Pensão, de modo que a Unicamp possa equacionar a questão do crescimento do comprometimento de folha com aposentadorias. O governo do estado vem realizando estudos destinados a elaborar uma proposta para o funcionamento destes fundos, através de empresa de consultoria contratada mediante concorrência internacional. Um primeiro ponto, essencial para as universidades públicas paulistas, é que o fundo relativo a seu pessoal seja por elas gerido, de maneira visível e eficiente. O segundo ponto fundamental é que este fundo seja composto pelas contribuições que hoje fazemos ao IPESP e ao IAMSPE (6% e 2% respectivamente, para os servidores CLE) e por aportes derivados dos recursos que pagamos a estas organizações no passado.

**APG - Face às novas tecnologias de informação, cada vez mais se difunde o conceito de pós-graduação à distância. Como a Unicamp pretende lidar com essa nova realidade sem prejuízo da qualidade e do reconhecimento da excelência dos seus cursos de pós-graduação?**

**Brito -** É fundamental que a Unicamp não fique ao sabor de modismos, do mesmo modo que é essencial que incorpore cada vez mais novas tecnologias às atividades de ensino. Ensino à distância parece ser uma tecnologia promissora para certas áreas do conhecimento, podendo expandir bastante o alcance da universidade. Entretanto não me parece ser algo de aplicação geral, i.e., independente da natureza do conhecimento envolvido – poucas pessoas aceitariam ser operadas por um cirurgião cardíaco pós-graduado à distância.

O fato de a Unicamp ter demonstrado cautela em entrar nessa área não significa desinteresse pelo assunto. Existem convênios de cooperação internacional e pesquisas de bom nível sendo feitas nesse assunto. E esses resultados poderão ser usados no momento que for julgado adequado e nas áreas pertinentes.

As novas possibilidades tecnológicas permitem antever uma enorme expansão no alcance da Unicamp. Se para a pós-graduação isto pode ser mais complexo, para os cursos de extensão há com certeza muito a aproveitar. O ensino à distância pode disponibilizar informação qualificada de uma forma e quantidade hoje inexistente. Eu não falo de formar cientistas mas de atualizar informativamente o grande contingente de egressos das universidades brasileiras e que não têm acesso a nenhum mecanismo de reciclagem profissional. Um Web-Unicamp de ensino à distância, com filmes, palestras, material didático baseado nas possibilidades dos 'multi-meios' pode ser importantíssimo. Eu mesmo coordeno atualmente um projeto apoiado pela Fapesp intitulado "Ciência na Escola", que leva para as escolas públicas de primeiro e segundo graus a ciência e os cientistas da Unicamp, através do Web.

A Unicamp tem excelentes cursos de pós-graduação e uma estrutura organizacional que sabe tratar da adoção de novas técnicas com os cuidados devidos e com responsabilidade. A reitoria deverá certamente estimular a discussão deste assunto nos órgãos competentes.

**STU - Várias universidades já adotam eleições diretas e paritárias para escolha do reitor. Estas experiências significam um avanço importante na democracia da universidade. O sr. defende o processo de escolha de reitor por meio de eleições livres, diretas e paritárias? Por quê?**

**Brito -** Não acho que eleições diretas e paritárias para cargos acadêmicos sejam um avanço importante da democracia na universidade. Pelo contrário, este tipo de escolha de dirigentes (reitor, diretores e outros) ao invés de destacar e priorizar os valores acadêmicos que deveriam ser centrais na vida da universidade, tende a tornar predominantes valores de natureza populista, política e até mesmo fisiológica que prejudicam muito o compromisso da universidade com seus objetivos. Na universidade pública a questão é mais importante ainda, visto que nem os docentes, nem os funcionários, nem os alunos são os proprietários da instituição, não podendo portanto dispor dela como melhor lhes aprouver, apenas exigindo que o contribuinte cada vez lhes libere mais recursos. No limite, concordar com eleições diretas e paritárias para reitor quase equi-

# VÍTOR BARANAUSKAS

## "POR UMA REITORIA CONTEMPORÂNEA"

Vítor Baranauskas é engenheiro eletrônico formado pela Escola Politécnica e físico pela USP. Realizou seu mestrado e doutorado em Engenharia Eletrônica pela Unicamp. Fez pós-doutorado na Universidade de Illinois e foi professor no ITA. Orientou e co-orientou 20 teses de pós-graduação, sendo uma post-mortem, três doutorados e 16 mestrados. Publicou 54 trabalhos em revistas científicas e apresentou 101 trabalhos em conferências nacionais e internacionais. Publicou dois livros sobre cristais e técnicas de caracterização de materiais, organizou um livro nacional de processos de microeletrônica e dois internacionais também sobre microeletrônica. É autor de três capítulos de livros nacionais e dois internacionais. Tem cinco patentes de invenção em colaboração com outros pesquisadores e uma patente internacional relativa a fabricação de brocas de diamante para uso médico. É membro da Academia de Ciências de Nova York. Na Unicamp desde 1976, é professor da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação. Veja as respostas de Baranauskas às questões do STU, APG, DCE e Adunicamp.

SIDNEI DE ALMEIDA



Baranauskas: criação do Fórum do Conhecimento

**S**TU - *Várias universidades já adotam eleições diretas e paritárias para escolha do reitor. Estas experiências significam um avanço importante na democracia da universidade. O sr. defende o processo de escolha de reitor por meio de eleições livres, diretas e paritárias? Por quê?*

**Vítor** - A democracia na Universidade existirá quando tivermos conseguido três graus de liberdade. Liberdade de criação, liberdade de comunicação, críticas e discussão e finalmente liberdade de realização. Este tripé é a verdadeira liberdade política. Minha proposta para este ideal é bastante clara: Que seja realizada consulta à comunidade para a indicação de todos os cargos estratégicos da administração da universidade, como, por exemplo, Prefeitura do Campus, Pró-Reitorias, Presidência da Funcamp, Diretoria da Extcamp, Diretoria do Cecom e outros. Como isto pode ser feito? De acordo com a legislação atual da Unicamp, basta que o reitor proponha a consulta. A partir daí a comunidade poderá discutir especificamente a paridade. Você não concorda que os alunos de Pós-Graduação deverão ter um interesse maior que os alunos de Graduação na escolha do respectivo Pró-Reitor e vice-versa. Da mesma forma, outras Pró-Reitorias e cargos estratégicos podem ter um interesse muito maior dos funcionários, como por exemplo, as relacionadas à saúde, aprimoramento profissional, lazer, segurança, previdência social, promoção dos direitos econômicos, a defesa do meio-ambiente, etc. Segundo o modelo atual, estes cargos estratégicos são indicados a bel prazer do reitor. A história recente nos mostra que na verdade ocorrem acertos entre o candidato a reitor e seus correligionários antes mesmo da eleição, em troca de apoio e de interesses político-partidários. Forma-se uma administração tipo "Frankstein" com pedaços de corpos costurados, em permanente conflito. Na nossa proposta não haverá mais conflitos administrativos com o reitor, assim como hoje não existem problemas com os diretores das Unidades e dos Institutos, que já são eleitos.

**APG** - *Face às novas tecnologias de informação, cada vez mais se difunde o conceito de pós-graduação à distância. Como a Unicamp pretende lidar com essa nova realidade sem prejuízo da qualidade e do reconhecimento da excelência dos seus cursos de pós-graduação?*

**Vítor** - Vocês devem concordar que um "cafézinho passado na hora" é muito mais saboroso do que um "café de garrafa térmica." As tecnologias de informação otimizam mas não substituem a

informalidade e a necessidade do contacto direto entre alunos e professores. Criaremos na Unicamp o *Forum do Conhecimento*, que será um ambiente *real* e também *virtual* onde a troca de idéias e informações possa ocorrer livre e interdisciplinarmente. Serão adequados um ou mais locais para proporcionar condições de apresentação de trabalhos realizados pela universidade, preferencialmente com café, onde alunos, funcionários e professores possam ter um ambiente descontraído e profícuo para a discussão de idéias. Toda a comunidade terá acesso às apresentações no *Forum* através de uma rede de vídeo (TV, TV a cabo, Internet). Por exemplo,

todos os professores e alunos que apresentarem seus trabalhos em congressos, conferências ou simpósios no País e no exterior serão convidados para a divulgação completa ou re-apresentação de seus trabalhos no *Forum*. Também serão convidados para o *Forum* todos os professores estrangeiros renomados que visitarem a Unicamp. Os mestrados e doutorandos de todas as áreas poderão utilizar o *Forum* para a divulgação resumida de suas teses, etc. O *Forum* será também um ambiente *virtual* no qual as informações transmitidas poderão ser gravadas e revistas. Assim, o participante do *Forum* poderá a qualquer tempo e em qualquer lugar acessar a apresentação desejada. O *Forum* será um mecanismo para que a universidade possa conhecer-se a si mesma em tempo *real*, para que as teses e os trabalhos de pesquisa não sejam conhecidos apenas pelos seus títulos, para que seus membros possam ter maior interação profissional e humana, para que os recursos investidos na universidade possam ser otimizados através do incremento da cooperação mútua, para que o aperto de mãos, o cafézinho e a eletrônica se transformem em procriação de idéias e trabalhos.

**DCE** - *A Unicamp tem que se justificar perante a sociedade quanto ao recurso que consome, principalmente frente aos maciços ataques que a imprensa vem fazendo à universidade pública. Na sua visão, e em seu programa, qual é a principal frente de atuação da universidade para que esta apareça como justificada diante da sociedade?*

**Vítor** - No futebol ganha quem faz gols e não os leva. Como sabemos a imprensa adora as tragédias e nunca vai contra o poder econômico de seus grandes anunciantes ou de seus próprios interesses. É interessante saber, por exemplo, que os grandes jornais e ou revistas semanais são pagos pelos anunciantes e não pelo dinheiro que você dá ao dono da banca. O faturamento de vários grupos de comunicação é superior ao orçamento da Unicamp e nenhum deles forma médicos, cientistas, ou trata de milhares de pacientes por dia... A respeitabilidade de nossa Uni-

camp é garantida pelo trabalho que cada um de nós faz, com honestidade, humildade e dedicação aos nossos princípios. A divulgação de nossos gols deve ser um dever pois a sociedade precisa se interessar mais pelas artes, humanidades, medicina, ciência e tecnologia e por tudo que criamos em nossos campi. Teremos uma assessoria de imprensa muito mais dinâmica e interativa com os alunos, funcionários, professores da Universidade. A principal frente será feita através de nossos autores, criadores e realizadores.

**ADUNICAMP** - *De que forma o sr., se eleito, pensa combater a "fuga de cérebros" (expressão utilizada pela Revista Veja) motivada pela defasagem salarial e a reforma da previdência do governo FHC que atinge os docentes da Unicamp?*

**Vítor** - A matéria da *Veja* tem um grave erro de edição pois o texto não condiz com os números apresentados. Com duas exceções, todos os citados são professores bastante experientes e aposentados. No destaque incluem-se os valores de quanto ganhavam na universidade pública e quanto ganham agora incluindo o novo salário e aposentadoria. Fazendo a conta de subtração poderemos verificar que alguns chegam a ganhar até menos. A revista poderia ter procurado mais informações e descoberto que professores menos qualificados academicamente e que sempre atuaram no ensino privado dispõem hoje de ótimos salários e benefícios. Uma universidade do interior de São Paulo, por exemplo, fornece carros importados da Mercedes-Benz para seus professores-chefes de departamento e como melhoria de suas notas no Provão dá prêmios de 50.000 reais aos seus melhores alunos. O que me preocupa não é a "fuga de cérebros" mas sim a "perda de espíritos". O nível de qualidade atingido pelos professores da Unicamp precisa corresponder às suas necessidades e expectativas econômicas de médio e longo prazo. No Estado de São Paulo, para exercer sua docência plena, isto é, ensino, pesquisa e extensão, o professor da universidade pública não tem outras opções além da três universidades paulistas e das federais. Portanto, ainda não existindo as regras de mercado aberto, cabe à Unicamp buscar uma política própria de valorização econômica da vocação profissional do professor universitário. Será realizada uma proposta de política orçamentária que restaure os valores salariais dos professores e funcionários da Unicamp. Criaremos uma Pró-Reitoria de Salários para coordenar a política de médio e longo prazo com horizontes definidos, onde funcionários e professores poderão equacionar os reflexos de seu aprimoramento profissional com um planejamento econômico adequado.

**"Criaremos na Unicamp o Fórum do Conhecimento, que será um ambiente real e também virtual onde a troca de idéias e informações possa ocorrer livre e interdisciplinarmente"**

# A PESQUISA CIENTÍFICA, A ECONOMIA BRASILEIRA E O BEBÊ DE ROSEMARY

José Ricardo Figueiredo

**E**m sua coluna na Folha de São Paulo, no artigo "A queda das bolsas (de estudo)", de 16/02/98, o Senador José Serra fez críticas muito pertinentes ao corte de 5.000 bolsas de estudo e pesquisa, decorrente do pacote fiscal de novembro.

O Senador argumenta que os cortes prejudicarão a qualificação do nível profissional superior e a pesquisa científica e universitária, "área que deveria ser a menina dos olhos da política econômico-social do governo", promovendo entretanto uma poupança irrisória de R\$ 100 milhões, "cerca de 1% do acréscimo esperado nas despesas públicas com a alta dos juros". Acrescenta às suas considerações o custo político dos cortes para o governo: "uma verdadeira travessa recheada à oposição, para ser servida na campanha eleitoral". O Senador termina seu artigo propondo estímulos a que estudantes e pesquisadores procurem "doações e financiamentos privados que, no mínimo, complementassem o valor das bolsas governamentais".

Quero, em primeiro lugar, saudar este posicionamento do Senador Serra como uma contribuição para a resistência das universidades aos cortes das bolsas, principalmente por provir de uma destacada liderança governamental. Considero, ainda, bem fundamentadas as suas preocupações eleitorais.

Em segundo lugar, pretendo discutir sua proposta de busca de financiamento privado de bolsas. Não me deterei na questão dos riscos para a autonomia universitária e para a função social da universidade que poderiam advir da subordinação das pesquisas a empresas de fins lucrativos,

entendo que cabe à universidade empenhar-se em preservar seus valores acadêmicos em suas relações com quaisquer organismos externos. A questão enfocada será a viabilidade de atração de investimentos do setor produtivo em ciência e tecnologia, seja na forma de bolsas, convênios com universidades ou institutos, manutenção de centros de pesquisa próprios, ou outras formas, no atual contexto econômico brasileiro.

Financiamento privado de bolsas é raríssimo ou inexistente no Brasil. Nos países capitalistas desenvolvidos é comum a concessão de bolsas de estudo por empresas a estudantes, seja prevendo seu futuro emprego na empresa investidora, seja para fins de abatimento do imposto de renda. Aparentemente, se esta moda fosse importada, viriam com ela benefícios para a universidade e o desenvolvimento científico e técnico brasileiros.

Mas, longe de serem de decididas por simples moda, as políticas de investimentos das empresas em ciência e tecnologia, sob qualquer forma, são planejadas com cálculos de lucro a médio e longo prazos. Em geral somente dispõem de recursos vultosos que podem ser aplicados nestas condições as empresas de médio e grande porte e os estados nacionais.

No Brasil, o investimento em ciência e tecnologia é baixo em geral, e majoritariamente proveniente de recursos públicos, através das agências de fomento e da infraestrutura das universidades e institutos. Há baixa participação de investimentos do setor produtivo, e dentro

deste setor os maiores investidores em ciência e tecnologia foram tradicionalmente as empresas estatais. Há reconhecidas razões para isto.

As empresas multinacionais desenvolvem suas pesquisas privilegiadamente nos países sede, posto que os royalties constituem parte significativa das remessas de lucros. Resta para ser feito nas empresas subsidiárias algum investimento em desenvolvimento industrial para adaptações às circunstâncias locais, além de oferecimento de prêmios em ciências ou em artes para efeitos de marketing.

Entre as empresas privadas nacionais também predomina a importação de tecnologia, de retorno mais rápido e certo, mas algumas destas empresas promoveram políticas de desenvolvimento tecnológico. Menciono neste sentido duas empresas nacionais de equipamentos para refrigeração, por serem próximas à minha área de atuação acadêmica:

Em 1990 pude apreciar o bom nível científico das simulações computacionais feitas pelos pesquisadores da Embraco, de Santa Catarina, em uma apresentação no III Encontro Nacional de Ciências Térmicas. Outra empresa, a MADEF, do Rio Grande do SUL, cedeu para pesquisas na Unicamp um sistema de refrigeração por absorção de água-amônia para produção de gelo, que já permitiu a conclusão de duas dissertações de mestrado, estando em desenvolvimento outra e mais três teses de doutorado.

Ocorre que as transformações por que tem passado a estrutura produtiva brasileira desde Fernando Collor, e principalmente com Fernando Henrique Cardoso, foram desestruturadoras de investimentos do setor produtivo em ciência e tecnologia.

Os altos juros, que têm sido quase regra geral nos últimos vinte anos, e regra absoluta no atual governo, são inerentemente desestimuladores de investimentos empresariais de longo prazo, incluindo particularmente a ciência e a tecnologia, qualquer que seja o tipo de empresa.

As empresas que ainda permanecem públicas têm sido forçadas a restringir investimentos. As empresas já privatizadas são agora oligopólios privados nos setores de siderurgia, petroquímico, fertilizantes e mineração. A vasta maioria dos pesquisadores que conheço avalia que a privatização restringiu os investimentos que alguns destes setores efetuavam através de universidades. Um único colega considerou as privatizações benéficas para as universidades, lembrando o caso de uma siderúrgica ex-estatal que fechou um laboratório de ensaios, encaminhando os testes para a Unicamp como prestação de serviços. Mas o fato da universidade absorver ensaios de rotina industrial pouco representa de desenvolvimento científico propriamente dito.

As empresas atuantes no Brasil sofreram forte impacto com a taxa de câmbio e a liberalização das importações: subitamente os preços de ex-

portação de seus produtos foram aumentados enquanto caíam os preços dos concorrentes importados. O desemprego em quase todos os setores produtivos brasileiros foi a consequência mais imediata.

Neste tempo as filiais de empresas multinacionais tiveram respaldo de suas sedes para o ajuste necessário, mas entre as empresas de capital nacional o processo foi desastroso em números de falências, concordatas e

vendas a concorrentes estrangeiras. Entre as cerca de trezentas empresas desnacionalizadas estão incluídas as duas mencionadas acima por sua anterior contribuição ao desenvolvimento científico e tecnológico no campo da refrigeração.

Em síntese, a esperança do Senador Serra no financiamento privado de bolsistas não tem sustentação, nem na tradição científica e tecnológica brasileiras, nem na política econômica do governo que o Senador defende. A esperança de desobrigação do estado para com a educação, por esta via, parece dificilmente realizável.

A elaboração de uma sólida política de pesquisa científica e tecnológica depende antes de tudo da constituição de um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social, que fundamente a orientação da política científica, e ao mesmo tempo garanta os recursos necessários.

Ocorre que o governo não tem projeto nacional de desenvolvimento econômico-social. Demonstra-o a generalização do desemprego e a degeneração espantosa dos serviços públicos de educação, saúde, segurança e transportes, problemas cuja solução efetiva deve estar no centro de qualquer coisa que mereça o nome de projeto de desenvolvimento econômico-social.

Demonstra-o também o descalabro do balanço de pagamentos, outro fruto da forte valorização do Real. A balança comercial brasileira, tradicionalmente superavitária, teve déficit de 3 bilhões de dólares em 1995, de 5,5 bilhões em 96 e de 8,5 bilhões em 97. O déficit das transações correntes brasileiras, englobando produtos e serviços, foi muito maior: 17 bilhões de dólares em 1995, 24 bilhões em 1996 e 34 bilhões em 1997.

Este desequilíbrio é insustentável. É a causa da atual instabilidade da economia brasileira, como se viu em relação aos abalos das bolsas asiáticas. Este descalabro das contas nacionais, ao invés de ser combatido, justifica para o governo tudo:

**"A elaboração de uma sólida política de pesquisa científica e tecnológica depende da constituição de um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social"**



# VIVÊNCIA

# NO CAMPUS

juros altos, privatizações, desnacionalização, abolição de direitos sociais. Tudo isto é indispensável para que o governo possa manter o Real, isto é, manter o exponencial desequilíbrio da balança de pagamentos.

Assim, espera-se recursos externos com a privatização da energia elétrica e telecomunicações. Mas o dinheiro externo só é injetado para poder ser retirado com lucro. Em 1993 o montante enviado para o exterior sob a forma de lucros e dividendos havia sido 2,1 bilhões de dólares; em 1997 este montante mais que triplicou, atingindo 6,6 bilhões. As remessas de lucros são o item que mais tem crescido no balanço de serviços, prevendo-se seu crescimento ainda maior com as próximas privatizações. Portanto, exceto no primeiro momento, o remédio das privatizações agrava a doença cambial.

Se existe um projeto por trás disto, seguramente não é um projeto nacional, nem de desenvolvimento econômico-social. Neste ambiente, a pesquisa científica e tecnológica é um luxo dispensável.

O Senador Serra defendeu a universidade contra os cortes das bolsas de ensino e pesquisa, que renderiam só 1% das despesas com o aumento dos juros em virtude da crise asiática. Por outro lado, o Senador também defende a política que gerou os 100% destas despesas, além do agravamento da crise social e da alienação do patrimônio nacional. E o faz sempre com admirável determinação.

Em outro artigo na mesma coluna, intitulado "E eu com a Light?", de 12/01/98, o Senador demonstra grande coragem em defender o privatismo quando este ficou politicamente abalado pelos seguidos colapsos de energia elétrica no Rio. O Senador fez uma abrangente listagem das razões para os colapsos de energéticos: 1) calor excessivo do último verão, aumentando o consumo de ar condicionado, 2) investimentos de manutenção da empresa paralisados deste 92 para o processo de privatização, 3) pela redução dos custos operacionais e recuperação das tarifas, os lucros da Light subiram espetacularmente, mas a empresa privatizada priorizou a distribuição dos ganhos entre os acionistas, 4) açodada eliminação de 38% dos funcionários, comprometendo os serviços de manutenção, 5) após a privatização, as diferentes diretorias administrativas foram divididas como capitânicas entre os sócios, faltando um controle consolidado e 6) o atraso na criação da Agência Nacional de Energia Elétrica, Aneel.

O Senador trata disto como "tropeços iniciais dos serviços públicos privatizados", e acredita que a recente efetivação da Aneel deverá resolver os problemas. Porém, à parte a questão conjuntural do calor do verão, todos os demais argumentos apontam para a condenação da política privatista.

Os acionistas privados tendem sempre a privilegiar o retorno dos ganhos a seus bolsos, a minimizar custos operacionais, a reduzir número de funcionários, a pressionar pela subida de preços. Estes fatos não são tropeços iniciais do processo, mas são inerentes à empresa privada, particularmente em condições de oligopólio. A divisão da Light em capitânicas desconexas só revela a mentira da doutrina de que privatização significa eficiência administrativa, e estatização, ineficiência. Curiosamente, a única tábua de salvação que o Senador apresenta diante dos colapsos é a fiscalização da Aneel, isto é, o que restou de iniciativa ao poder público para defender o interesse público após a privatização.

É comovente a luta do Senador para reafirmar as virtudes da privatização contra as evidências que ele mesmo cita, como por exemplo quando recorre ao velho aforisma "é preciso cuidado para não jogar pela janela a criança com a água do banho". A preocupação maternal do Senador com as privatizações lembra uma personagem de Polanski, a doce Rosemary, mãe afeiçoada ao bebê que gerou, apesar da criança ser o próprio filho do demônio.

Ao defender a continuidade das privatizações, o Senador está defendendo a vez dos setores de telecomunicações e energia elétrica serem incinerados no altar do desequilíbrio cambial. O demônio polanskiano mostrará seu rosto quando o país tiver alienado totalmente seu capital, nada mais havendo para segurar o desequilíbrio da balança comercial, e a mentira cambial que o alimenta.

**José Roberto de França Arruda**

**N**o momento em que se abrem as discussões tendo em vista a sucessão na Reitoria, é oportuno levantar algumas questões, relativas à vivência no campus da Unicamp, que raramente têm sido discutidas.

O grau de sucesso de uma instituição universitária pode ser medido pelo funcionamento harmônico de seus órgãos e pela sinergia que multiplica, ao invés de apenas somar, os esforços das células que a compõem, sejam elas indivíduos, grupos, laboratórios, departamentos, núcleos ou unidades inteiras.

Para promover esta sinergia, é preciso criar e fortalecer os canais formais e informais de interação dentro da universidade. Para começar, temos em comum um campus universitário, que deve favorecer a convivência harmônica entre os indivíduos que nele desenvolvem suas atividades ou que dele se utilizam. Espera-se que a comunidade universitária seja um exemplo, um paradigma para a sociedade em termos de convivência urbana.

Neste sentido, a prefeitura do campus e outros órgãos que se ocupam do espaço físico têm um papel central na transformação e manutenção deste espaço. São, por exemplo, questões básicas a prioridade ao pedestre, evitando a circulação de veículos nas áreas mais frequentadas e provendo calçadas e caminhos adequados, o incentivo aos meios de transporte menos agressivos ao meio ambiente, tais como a bicicleta e o ônibus circular (porque não elétrico ou híbrido utilizando projetos autóctones?), e o respeito ao deficiente físico no acesso às facilidades do campus.

A maneira como o campus trata seu lixo e seu esgoto deveriam ser exemplares. Não podemos mais reproduzir no campus o caos que se verifica pelo país a fora em termos de manejo do lixo e entulho e de tratamento de esgoto. É preciso sistematizar a triagem seletiva para reciclagem, modernizar os sistemas de coleta de lixo e conscientizar a população do campus atra-

vés de campanhas criativas, que envolvam os estudantes, funcionários e professores. Não podemos mais tolerar a situação atual, em que o discurso da preservação ambiental convive com uma prática de degradação flagrante do meio ambiente do campus.

Indo além, resolvidas algumas das questões básicas já apontadas, temos que avançar no sentido de humanizar o campus e integrá-lo mais efetivamente à moradia estudantil e à comunidade do distrito de Barão Geraldo. Para isso é fundamental criar espaços para atividades culturais e artísticas e veículos para sua divulgação.

A Unicamp tem um Instituto de Artes e uma Orquestra Sinfônica, mas ainda não tem um teatro onde seus músicos e artistas possam se apresentar. Não existe uma programação cultural consistente e regular que alimente não só a população do campus, como também a do distrito e mesmo a da cidade de Campinas. Decididamente, não é o simples aluguel do ginásio para espetáculos de artistas populares que vai preencher o papel cultural que a universidade deve desempenhar junto à população de Campinas.

É preciso criar uma estação de rádio que não só veicule boa música e programas educativos, mas que sirva também à divulgação da universidade junto à sociedade. É preciso utilizar melhor as novas mídias de acesso mais fácil hoje, tais como a televisão a cabo e a Internet. Afinal, a Unicamp produz conhecimento e cultura que podem ser muito melhor aproveitados pela comunidade, inclusive pela própria comunidade universitária, promovendo a desejada sinergia.

Não se trata de idéias mirabolantes. Nossa irmã mais velha, a USP, tem sido muito mais ativa neste sentido, com iniciativas de sucesso como a rádio USP e a Estação Ciência do metrô.

Nosso campus tem que ganhar vida como um espaço para o amadurecimento da cidadania e para o aumento do nível cultural da população em geral. É nosso papel inalienável. A campanha para a sucessão da Reitoria pode ser um momento rico para este debate. Aguardam-se as propostas dos candidatos.

José Roberto de França Arruda é professor MS-5 da Faculdade de Engenharia Mecânica

# UNIVERSIDADE EMPRESA: AINDA SOMOS AMADORES

Gilberto De Martino Januzzi

O relacionamento entre universidades públicas e empresas privadas não é um assunto novo e tem sido objeto de estudos especializados de vários autores, alguns da própria Unicamp. No entanto, nossa recente experiência na área parece indicar que ainda não foi encontrada uma solução para acomodar as diferentes necessidades e visões existentes dentro e fora da Universidade. Ainda existem incompreensões e pré-conceitos nesse relacionamento.

Se por um lado parece existir um razoável consenso na comunidade empresarial que a Universidade cumpre com competência a questão de formação de alunos e que tem um papel importante oferecendo cursos de extensão e de especialização, ainda persistem críticas no que se refere às aplicações das pesquisas desenvolvidas na Universidade. Esse tipo de cobrança tem sido crescente e vem não só por parte da comunidade empresarial, mas também de políticos e membros do governo (muitos deles ainda ligados aos quadros de Universidades!).

Será que estão certos? Não é nosso objetivo oferecer uma justificativa para a importância da Universidade pública no contexto brasileiro, mas sim queremos lembrar que Universidade não é uma empresa de pesquisa que elabora um plano coordenado com objetivos de atender demandas específicas de produtos que podem ser colocados no mercado de consumo. É importante reconhecer as características da pesquisa dentro das Universidades que atende a uma demanda difusa de interesses e preocupações que não estão necessariamente relacionadas a comercialização imediata de seus resultados.

Na verdade, a prática habitual nas Universidades brasileiras coloca cada pesquisador como o principal agente de seu plano diretor de pesquisa. Cabe a ele frequentemente ir atrás de verbas, preencher intermináveis formulários e pelear incansavelmente através da crescente burocracia que criamos na Universidade e nos órgãos de fomento. Muitas vezes faltam lideranças científicas capazes de gerar planos consolidados e coordenados de pesqui-

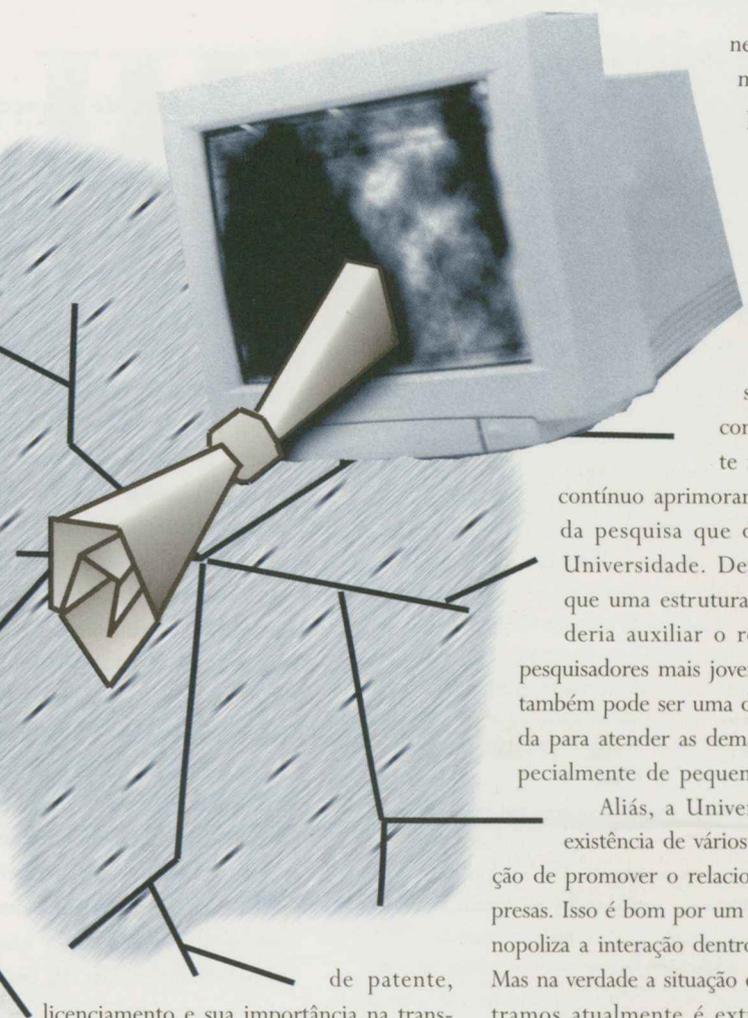
sa científica e tecnológica que possam realizar investimentos em infra-estrutura de maneira eficiente. É claro que existem exceções, mas talvez essas sejam nossas maiores fragilidades e problemas.

Somos, no entanto, um potencial fornecedor de serviços e de pesquisas (além de atividade de ensino) que empresários e a sociedade devem utilizar. Existem inúmeros exemplos que demonstram nosso sucesso em atender demandas tecnológicas específicas, seja de origem na iniciativa privada ou mesmo de empresas estatais e órgãos do governo. Devemos, no entanto tomar o cuidado de não sermos caracterizados como fornecedores de produtos prontos, como é a expectativa de muitos desses nossos críticos, que querem conhecer "produtos que estão em nossas prateleiras" todas as vezes que nos visitam.

Feitos esses esclarecimentos, cremos que nossa resposta deve focalizar com maior ênfase a questão de direitos de propriedade industrial e patentes, e licenciamento das mesmas para sua comercialização e desenvolvimento posterior pelas empresas. Uma posição mais cuidadosa nessa área colocaria em uma situação de maior relevância no relacionamento com empresas privadas.

A experiência demonstra que boas idéias divulgadas publicamente através de artigos e teses sem que sejam patenteadas tendem a não serem comercializadas. Isso faz com que grande parte de nosso potencial não seja aproveitado, uma vez que alguns pesquisadores ainda têm a visão que o processo de requisição de patentes pode limitar a atividade acadêmica e prejudicar a nossa imperiosa necessidade de publicar resultados em congressos e revistas.

Devemos instruir melhor nossos pesquisadores sobre os conceitos fundamentais e leis



de patente, licenciamento e sua importância na transferência de tecnologia. Acreditamos que se a Universidade investir mais nesse tipo de atividade aumentaremos nossas chances de termos contatos proveitosos com empresários.

Existem várias maneiras de se realizar a interação Universidade-Empresa. Alguns pesquisadores de maior experiência e renome já fazem isso, sem a necessidade de um órgão como o Escritório de Transferência de Tecnologia - ETT, da Unicamp. É importante reconhecer que a efetiva transferência de tecnologia da Universidade para empresas privadas se dá quando temos a direta participação e envolvimento do próprio pesquisador.

Isso não quer dizer também que o pesquisador deva abandonar a Universidade e estabelecer sua própria empresa, mas nossa experiência parece indicar que a Universidade deve facilitar a extensão das atividades do pesquisador na direta comercialização de sua invenção. Parece-nos que a área médica conseguiu desenvolver um modelo interessante com benefícios mútuos para o professor-médico e seus clientes particulares. A área tecnológica

necessita de algo semelhante sem comprometer a atividade acadêmica.

A transferência de tecnologia entre cientistas de uma Universidade pública e empresários deve ser vista como um componente importante para o

contínuo aprimoramento do ensino e da pesquisa que desenvolvemos na Universidade. Devemos considerar que uma estrutura como o ETT poderia auxiliar o relacionamento de pesquisadores mais jovens com empresas e também pode ser uma das portas de entrada para atender as demandas externas, especialmente de pequenas empresas.

Aliás, a Universidade permite a existência de vários órgãos com a função de promover o relacionamento com empresas. Isso é bom por um lado, pois não monopoliza a interação dentro de certos feudos. Mas na verdade a situação em que nos encontramos atualmente é extremamente frágil, com alguns órgãos competindo entre si, diluindo no final os esforços da Universidade nessa área.

Se a Universidade pretende sobreviver nesses tempos ela deve procurar ser mais agressiva, saber desenvolver seu "marketing" institucional (assim como algumas Universidades privadas começam a fazer) e estimular seus pesquisadores mais ativos interessados em transferência de tecnologias. Um esforço para aumentar a preocupação com patentes e pedidos de privilégios para as pesquisas desenvolvidas na Universidade deve ser acompanhado por atividades de marketing e divulgação dessas invenções.

É importante que a Universidade invista e prestigie órgãos como o ETT/CPPI, se ela espera obter algum retorno de seu relacionamento com empresas. Este ainda não é nosso caso e não há lugar para amadores nesse mundo cada vez mais competitivo.

Gilberto De Martino Januzzi é diretor executivo do Escritório de Transferência de Tecnologia e presidente da Comissão Permanente de Propriedade Industrial